



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

ISSN: 1695-7121

info@pasosonline.org

Universidad de La Laguna
España

Henriques da Silva, Josilene; Britto de Azevedo Maia, Fabiana
Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque
Nacional do Catimbau, Buíque – PE
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 11, núm. 4, octubre, 2013, pp. 559-570
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88128724004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional do Catimbau, Buíque – PE

Josilene Henriques da Silva*

Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil)

Fabiana Britto de Azevedo Maia**

Universidade Federal de Sergipe (Brasil)

Resumo: A criação de Unidades de Conservação pode configurar uma potencialidade socioeconômica para os lugares onde foram implantadas, suscitando, por exemplo, por meio do turismo, alguns benefícios como conservação e geração de receitas. Além disso, a forma como a comunidade se articula para dinamizar tais potencialidades pode conduzir a importantes processos de mudança social. Nesse contexto, buscou-se analisar as relações de cooperação entre os atores sociais, moradores de Buíque (Pernambuco, Brasil), para a promoção da atividade turística no Parque Nacional do Catimbau, levando-se em consideração o conceito de desenvolvimento local. Esta pesquisa foi fruto da elaboração de monografia no âmbito de Pós-graduação *Lato senso* em Turismo e se configurou como um estudo de caso qualitativo, que incluiu pesquisa bibliográfica e de campo com realização de entrevistas. Constatou-se que, apesar da existência de algumas interações ‘cooperativas’, a maioria dos atores sociais investigados não participa desse processo. Ainda assim, acredita-se que o referido parque possa, no futuro, contribuir para o desenvolvimento local desse município.

Palavras-chave: Turismo; Unidades de Conservação; Cooperação; Desenvolvimento local.

Tourism, cooperation and local development in protected areas: the case of the national park Catimbau, Buíque – EP

Abstract: The creation of protected areas can bring socio-economic development to the places where they were created. Particularly through tourism, it may generate some benefits such as incomes and the conservation. Therefore, the way the community is structured to foster these benefits can lead to social change processes. In this context, we sought to analyze the cooperative relations between social actors, like the Buíque (Pernambuco, Brazil) residents, to promote tourism in the Catimbau National Park, considering the local development concept. This research was developed over a specialization course, and it is a qualitative study case, which includes literature review and field research with application of interviews. Therefore, it was found that, despite the existence of some ‘cooperative’ interactions, not all agents participate in this process. So, among other things discussed, it is believed that the Catimbau National Park might contribute to local development in future.

Keywords: Tourism; Protected Areas; Cooperation; Local development.

* Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Especialista em Turismo e Patrimônio, Graduada em Turismo. E-mail: josileneh@yahoo.com.br

** Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Administração, Mestre em Geografia, Graduada em Turismo. E-mail: fabamaia@yahoo.com.br

1. Introdução

Constantemente associado ao conceito de desenvolvimento, o turismo, se bem planejado, pode ser responsável por uma série de aspectos positivos relacionados à geração de renda, valorização cultural e conservação do ambiente onde é praticado. Mas a participação de todos os agentes interessados na atividade é de grande relevância para a concretização desses benefícios.

Os moradores, por serem considerados os principais influenciados pelas transformações desencadeadas por esta atividade, não podem ser negligenciados quanto ao seu planejamento, por isso metodologias participativas têm sido apontadas como possibilidades de aumentar os aspectos positivos que podem ser alcançados por meio do turismo.

A legislação, enquanto parte da estrutura turística, tem grande contribuição, em especial as relacionadas ao ambiente natural. Com relação a esse aspecto, pode-se citar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que define áreas naturais para fins de proteção (Brasil, 2000).

Deste modo, o turismo, que frequentemente tem utilizado esses espaços naturais protegidos como elemento de sua oferta, deve-se pautar também em limites definidos por lei. Assim, os empreendimentos e atividades desenvolvidas nesses locais precisam se adequar a certas restrições. Contudo, essa proteção legal também pode ser usada como estratégia para o favorecimento do lugar, enquanto atrativo turístico natural.

De acordo com o 'Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados', publicado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), a maioria dos entrevistados respondeu que o principal motivo da visita foi a busca pelo contato com a natureza (Brasil, 2002b).

Ainda de acordo com esse mesmo estudo "a questão da preservação e da conservação do patrimônio natural inclui o meio ambiente nas discussões da sociedade, e principalmente representa um grande potencial para o mercado turístico" (Brasil, 2002b: 10).

Desta forma, entende-se que as Unidades de Conservação (UCs), de modo geral, têm o potencial de despertar o interesse de visitantes, cuja motivação esteja associada ao contato com a natureza. Essa possibilidade tem ganhado destaque em lugares de economia menos desenvolvida em que a atividade turística pode ser uma alternativa de crescimento e melhoria de vida para a população residente.

Devido às restrições relacionadas às UCs, especialmente as de proteção integral, a exemplo do Parque Nacional do Catimbau (PNC), o turismo se torna uma das poucas atividades econômicas vislumbradas para garantir uma renda aos moradores ou comunidades do entorno desses espaços legalmente protegidos, pois a delimitação de uma área como parque nacional (PARNA) 'limita' suas possibilidades econômicas ao passo que só admite o uso indireto de seus recursos.

Criado em 2002, o PNC abrange uma área de aproximadamente 62.300 hectares e envolve parte dos municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque, no interior de Pernambuco. Uns de seus principais atrativos são os sítios arqueológicos e as paisagens formadas por formações rochosas e vegetação de caatinga¹.

Em estudo realizado por Silva (2007), com o intuito de relacionar os possíveis benefícios do turismo percebidos pelos residentes do PNC, constatou-se que, mesmo com grande potencial na região devido a sua beleza cênica e biodiversidade, poucos moradores estavam se favorecido dessa prática.

Percebeu-se também uma relação de pertencimento dos moradores em relação a suas terras. Assim, foi evidenciado que uma das questões mais conflitantes no interior do PARNA Catimbau era o medo apresentado por essas pessoas de terem que sair do local onde vivem desde que nasceram (Silva, 2007).

Trata-se agora, portanto, de uma segunda pesquisa na referida UC com o intuito de continuar a estudar as várias nuances do processo de desenvolvimento do turismo em um espaço que possui potencial para contribuir com o desenvolvimento na região na qual está inserida, como indicado pelo Plano Estratégico de Turismo do Estado (Pernambuco, 2008).

Assim, partindo-se dos resultados apresentados em 2007 no que se refere ao pertencimento dos moradores com o lugar onde vivem, recentemente transformado em 'patrimônio'; e ao se considerar que dificilmente pode haver participação sem essa condição de apropriação pelos indivíduos envolvidos; igualmente, ao se ponderar que uma das previsões do SNUC (Brasil, 2000) se refere às contribuições das UCs para o desenvolvimento da região; optou-se, pois, pelo conceito de desenvolvimento local como marco referencial da presente pesquisa.

Nesse sentido, elegeu-se a 'cooperação' como categoria de análise, pois acredita-se que a mobilização, a partir da organização local entre os envolvidos, pode estar no cerne da resolução dos conflitos destacados naquela primeira investigação de 2007.

Não se trata de superestimar o poder das comunidades, nem de negligenciar o papel de outros atores, a exemplo do poder público; mas se acredita que uma das principais razões pelo fracasso de grande parte dos projetos de desenvolvimento turístico direcionados a áreas protegidas diz respeito à ausência de um ambiente político de cooperação na comunidade (Mielke, 2009).

Portanto, objetivou-se analisar as relações de cooperação entre os atores sociais, moradores de Buíque – PE, para a promoção da atividade turística no Parque Nacional do Catimbau, levando-se em consideração o conceito de desenvolvimento local. E, especificamente, buscou-se: a) Identificar os empreendimentos turísticos existentes no município; b) Averiguar a relação entre a criação da referida UC e o surgimento de tais empreendimentos; c) Analisar a existência de alguma estrutura cooperativa entre as iniciativas voltadas ao turismo no PNC.

Para a presente pesquisa, o uso do termo ‘atores sociais’, a partir da noção de sujeitos como agentes de mudança, está relacionado aos moradores de Buíque diretamente envolvidos na atividade turística do PNC. Igualmente, a expressão ‘empreendimentos’ foi utilizada para relacionar as iniciativas voltadas ao turismo no referido PARNA por parte desses habitantes, independentemente de uma regularização estabelecida. E, ainda, o emprego da palavra ‘promoção’ refere-se às dinâmicas de planejamento/ execução e aproveitamento das potencialidades locais; portanto não remete única ou necessariamente aos esforços para divulgação do lugar.

Por meio de pesquisa qualitativa, a partir de um estudo de caso, que incluiu pesquisa bibliográfica e de campo com realização de entrevistas; buscou-se analisar conceitos de desenvolvimento pautados no favorecimento à participação de atores sociais, apresentados como local ou endógeno, e relacioná-los ao contexto encontrado no PNC.

Faz-se oportuno entender como comunidades locais residentes em Unidades de Conservação estão se estruturando para gerir seu patrimônio já que a participação tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas e nas justificativas das políticas públicas voltadas à descentralização como forma de integração do planejamento do turismo no Brasil.

Contudo, não se trata de fazer uma análise da efetividade alcançada pelas diretrizes governamentais, mas, de modo geral, considerar a interação estabelecida entre os diversos atores sociais como potenciais promotores de desenvolvimento no PNC, a partir do aproveitamento de

oportunidades localizadas em um ambiente historicamente desfavorecido por políticas públicas.

Conforme já foi mencionado, considerando a necessidade de não superestimar o papel desses agentes locais, o prosseguimento da presente pesquisa justificou-se por se acreditar que a organização local e a participação cooperativa estão no cerne dos processos de desenvolvimento voltados para a própria comunidade.

2. Parques nacionais, turismo e participação

O marco referencial para a presente pesquisa está pautado na cooperação, entendida como forma de participação para o alcance de autonomia e desenvolvimento pelas comunidades. Esse enfoque é particularmente relevante quando se avalia as condições dos moradores do entorno de Unidades de Conservação, a exemplo dos parques nacionais, nos quais a exigência legal pela conservação se faz exclusivamente pela ‘negação’ ao uso dos bens naturais.

Nesse sentido, alguns autores (Buarque, 2002; Beni, 2006; Sachs, 2008) argumentam que a participação da população local, inclusive na gestão de Unidades de Conservação, é fundamental para a manutenção da biodiversidade ambiental. Mas também para se alcançar uma melhor qualidade de vida, objetivos percebidos sob alguns paradigmas do desenvolvimento relacionado às dinâmicas locais.

O entendimento de como a população do entorno de Unidades de Conservação, especialmente as UCs de proteção integral, podem se beneficiar com a proteção ambiental do lugar conduz a conceitos de desenvolvimento pautados na cooperação e referenciados por exemplos de metodologias participativas com apresentação de resultados positivos (Vitae Civilis, WWF-Brasil, 2003; Mielke, 2009). Tais iniciativas são fortalecidas pela noção de que os benefícios com a conservação ambiental precisam ser estendidos à população, que quanto mais sensibilizada e comprometida com o projeto, mais influenciará positivamente na gestão da UC.

Na abordagem do conceito de desenvolvimento local, aqui apresentada, não se propõe a fazer um estudo histórico de construção epistemológica, mas analisar o conjunto de atribuições que o sustenta como marco referencial. A participação é entendida, nesse contexto, como o empoderamento de seu patrimônio pela população local, que, por meio da cooperação, busca beneficiar a própria comunidade com o aproveitamento indireto dos bens naturais a serem conservados.

Entretanto, segundo Oliveira (2001), o conceito de desenvolvimento local não pode ser tratado como modelo paradigmático, pois traz consigo uma noção polissêmica, e que, por isso, comportaria muitas dimensões; embora, de modo geral, esteja relacionado ao exercício da cidadania.

No caso analisado, ficou evidente que o PNC tem sido percebido como um atrativo e um potencial para a geração de renda para a população do entorno. Apesar disso, foram relatadas apenas algumas ações pontuais realizadas em cooperação pelos moradores com o intuito de conservação do lugar, a exemplo de mutirões, para a limpeza das trilhas, realizados pelos condutores locais de visitantes. De modo geral, mesmo os empreendedores que se beneficiam diretamente com o fluxo turístico existente no município não demonstraram conhecer a realidade no parque. Constatou-se, portanto, que a ideia de patrimônio não está relacionada à criação da UC, mas ao fato de essas pessoas terem ‘nascido e se criado’ no lugar.

Nesse aspecto, Mielke (2009: 37) declara que, quanto ao envolvimento dos atores sociais, “[...] é importante ter em mente que todos têm seus próprios interesses e somente irão engajar-se em um projeto coletivo se houver um benefício. De preferência que seja possível realizar a curto prazo e mais: sem ter que se envolver com os vizinhos”. Essa problemática salienta bem os diversos contextos de ‘organização social’ existentes e auxilia a diferenciar os processos de mobilização local em relação aos eventos induzidos por diferentes agentes externos, inclusive públicos.

Não se trata de visualizar a comunidade como um todo coeso, conforme salienta Demo (1996), mas de entendê-la como pequenos grupos espacialmente localizados e que possuem relativa homogeneidade e organização, além de serem politicamente conscientes. De tal modo, o autor defende a participação como um processo de conquista que não deve ser entendido como dádiva, e adverte: “muitas propostas participativas acabam sendo expediente para camuflar novas e sutis repressões [...]” (Demo, 1996: 20).

De igual modo, Oliveira (2001: 24) esclarece que “o desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito”, mas, segundo esse autor, é preciso considerar a existência do conflito, sabendo-se que, nesse contexto, o poder reivindicatório deve ser construído porque simplesmente não pode ser doado.

A questão fundamental, portanto, é entender, no âmbito da participação como conquista, de que forma induzir processos de cooperação comunitária voltados ao desenvolvimento sem incidir em assistencialismo.

Nesse sentido, o contexto de muitas comunidades pode ser considerado desfavorável, sendo o histórico de exploração o primeiro impedimento à construção de um poder reivindicatório. Além disso, é preciso considerar que, mesmo dentro de uma mesma comunidade, pode haver diferentes apropriações dos benefícios criados a partir da mobilização coletiva.

Assim, do ponto de vista das UCs, Loureiro *et al.* (2003: 20-21) definem o ‘conflito ambiental’ como uma instância da democracia que é caracterizada pelo confronto de interesses pelo uso dos bens naturais:

“Não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos. A aceitação de que a sociedade, além de plural, é permeada por visões de mundo, interesses e necessidades distintas e estruturalmente antagônicas está implícita em processos efetivamente democráticos, nos quais se incluem as oposições, tensões e contradições entre direitos e deveres, indivíduo e coletividade, público e privado, liberdade e igualdade, mercado e estatal”.

De modo semelhante, Oliveira (2001) supõe que o desafio é dar conta da complexidade da sociedade moderna, de modo que sejam considerados os conflitos existentes em seu interior. Para ele, o desenvolvimento local não pode ser confundido com a ideia de comunidades ‘bucólicas e harmoniosas’. Por isso, afirma:

“A maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local a rigor parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que é ‘desenvolvimento local’ já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é desenvolvimento local, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimento local” (Oliveira, 2001: 19).

Ainda segundo esse autor, há necessidade de criar alternativas reais de enfrentamento aos processos dominantes, pois as adaptações realizadas pelos dominados ajudaria na manutenção das tendências globais, às quais, segundo ele, o desenvolvimento local deveria se opor.

Para Beni (2006: 36), “as comunidades locais apresentam, com sua identidade própria e fortalecimento de sua capacidade organizacional,

condições de evitar que empresas e organizações externas de grandes cidades limitem suas potencialidades de atuação". Segundo esse autor, o resultado da participação ativa da comunidade com o objetivo de atender às suas demandas pode ser entendido, portanto, como um processo de desenvolvimento endógeno.

Ainda com relação à participação comunitária, Beni (2006: 62) declara que "isso não implica que o Estado deixe de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade, mas que a própria sociedade gere meios de equacionar a solução dos problemas que o Estado, sozinho, não é capaz de resolver".

De modo semelhante, Jesus (2006) explica que o desenvolvimento local diz respeito à mobilização de instituições públicas e privadas e dos habitantes de determinado lugar na busca da melhoria das condições de vida da população por meio da valorização e ativação das potencialidades locais.

Entretanto, para Demo (1980: 24), é preciso ter cautela, pois "muitas teorias da comunidade exageram sua potencialidade mobilizadora, como se fossem entidades autônomas e capazes de realizar sozinhas o desenvolvimento". O autor lembra que "a pobreza não se erradica apenas pela tomada de consciência dela. Assim, a variável política se dilui, se não vier unida à variável socioeconômica".

Nesse sentido, segundo Buarque (2002: 25), "o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos".

Ainda de acordo com Buarque (2002: 17), há em curso uma transição de paradigmas de desenvolvimento, que "[...] não só demanda novas concepções e percepções como torna viáveis novas propostas de organização da economia e da sociedade que, no passado recente, não passavam de utopia".

Portanto, a partir da avaliação dos conceitos de desenvolvimento analisados, depreendem-se alguns aspectos comuns, a saber:

- Participação como uma vontade intrínseca aos atores sociais;
- Existência de cooperação entre os membros do grupo social que compartilham vivências e, conjuntamente, buscam alternativas para satisfação de suas necessidades e resolução de seus problemas;
- Consciência política desenvolvida pelos grupos sociais organizados no contexto de comunidade;

- Equacionamento de força das dimensões econômica, social e ambiental;
- Negociação dos conflitos de interesses existentes entre Estado, mercado e sociedade;
- Aproveitamento das potencialidades locais pela comunidade.

Diante do exposto, é possível apreender a relevância de tais aspectos para o incremento de iniciativas pautadas na organização cooperativa com vistas ao aproveitamento das potencialidades locais e ao favorecimento à competitividade. Essa relação entre competitividade e cooperação foi analisada por Franco (2000: 32), que declarou:

"Parece que estas duas dinâmicas – cooperativa e competitiva – vão estar sempre presentes nos processos de desenvolvimento local e, esta, talvez, constitua uma de suas principais características. A dinâmica cooperativa, sem a qual não se efetiva um processo de desenvolvimento local, forma comunidade. A dinâmica competitiva insere a localidade em um processo de desenvolvimento cuja racionalidade é dada, em parte, pelo mercado".

Ainda de acordo com Franco (2000: 40), o desenvolvimento tem suas bases na geração de renda, aumento do número de proprietários produtores, elevação de escolaridade da população e aumento do número de organizações da sociedade civil: "[...] ou seja, aumentar a produção e democratizar o acesso à riqueza, ao conhecimento e ao poder (no sentido de empoderar as pessoas)".

Essa ideia se assemelha aos ensinamentos de Sachs (2008), que diferencia os conceitos de desenvolvimento e de crescimento por meio de critérios sociais e ambientais e não meramente econômicos, conforme pode ser entendido pelo segundo termo.

No que concerne às UCs, para o Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2006), esses espaços devem integrar a visitação ao desenvolvimento local e regional, a partir de algumas diretrizes, a exemplo do incentivo a produtos e serviços produzidos na região; do apoio à capacitação da comunidade local; e do estímulo à implantação de infraestrutura de transporte, serviços e equipamentos turísticos na área de influência da UC.

3. Procedimentos Metodológicos

Conforme estabelecido inicialmente, o objetivo da presente pesquisa foi analisar as rela-

ções de cooperação entre os atores sociais de Buíque para a promoção da atividade turística no Parque Nacional do Catimbau, levando-se em consideração o conceito de desenvolvimento local.

Portanto, serão apresentados alguns dos resultados obtidos de acordo com os objetivos elencados: inicialmente, buscou-se contextualizar o aparecimento dos primeiros fluxos de visitantes, bem como o surgimento dos empreendimentos turísticos na localidade. Por fim, seguiu-se para a conjuntura atual em termos de cooperação entre os agentes locais e para a análise do desenvolvimento local, enquanto oportunidade para o município.

Quanto às técnicas de coleta de dados, foram incluídas as pesquisas documental e bibliográfica, além de pesquisa de campo ocorrida em junho de 2011 com realização de entrevistas e de observação.

Foram entrevistados os atores sociais do município de Buíque relacionados à atividade turística no PNC, incluindo-se empreendedores locais; bem como os membros da Associação de Guias do Turismo e do Desenvolvimento do Parque Nacional do Catimbau (AGTURC).

Assim, em um levantamento inicial, foram listados seis empreendimentos de hospedagem existentes no município, embora dois tenham sido excluídos da amostra por não hospedarem turistas/ visitantes do PNC, mas outros tipos de viajantes. Igualmente foi localizada uma loja de artesanato, incluída na amostra por estar na condição de atendimento ao público turístico do referido parque. E por fim, foram entrevistados dez dos doze condutores de turismo integrantes da referida associação.

Complementam ainda essa pesquisa informações adquiridas em questionário respondido por meio eletrônico pelo gestor do parque em abril de 2010².

4. O Parque Nacional do Catimbau

Criado por decreto de 13 de dezembro de 2002, o Parque Nacional do Catimbau tem por objetivo “[...] preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (Brasil, 2002a). Está localizado na mesorregião agreste, interior de Pernambuco, e compreende uma área de 62.300 hectares, abrangendo parte dos municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque.

Entretanto, a área geográfica do estudo envolveu apenas o município de Buíque, que se destaca como importante ponto de acesso a essa UC, e onde funciona a associação de condutores de turismo do lugar.

A atratividade do PNC está voltada para os sítios onde estão as pinturas rupestres, as quais constituem os principais atrativos culturais do parque. E até o presente momento, 29 sítios arqueológicos foram catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, n.d.).

O artesanato também faz parte desse conjunto de atrativos, e tem se evidenciado no cenário regional com destaque para as figuras talhadas em madeira e gravetos secos dos artesãos Zé Bezerra e Luiz de Benício.

A paisagem, a partir das trilhas, mirantes e cânions, os relevos e as formações rochosas, juntamente com fauna e flora, compõem o conjunto de atrativos naturais existentes no lugar. Para contemplação desses elementos, segundo consta no catálogo de roteiros disponível na sede da AGTURC, há treze trilhas, que só podem ser realizadas com o acompanhamento dos condutores.

Com relação à fauna existente no PNC, há 23 espécies de mamíferos, 135 espécies de aves, 23 espécies de répteis e 4 espécies de anfíbios. Como descrito por Hauff (2010), algumas dessas espécies estão ameaçadas de extinção, a exemplo da onça-parda (*Puma condolor greeni*), do tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e do pintassilgo-do-nordeste (*Carduelis yarrellii*).

Das espécies florísticas ocorrentes no local destaca-se o mandacaru (*Cereus jamacaru*), o quipá (*Tacinga palmadora*) e, endêmicas do Catimbau, as bromélias *Dyckia limae* e *Tillandsia catimbauensis*. E na lista das espécies presentes no parque que estão ameaçadas de extinção, encontra-se o jacarandá (*Jacaranda rugosa*), a coroa-de-frade (*Melocactus violaceus*), a *Mitracarpus buiquensis* e a *Mandevilla catimbauensis*, conforme indicado por Santos, Delgado Jr. e Alves (2012a, 2012b).

Faz-se importante destacar ainda que a região, na qual o parque está inserido, foi indicada como umas das áreas prioritárias para a conservação da Caatinga (Silva *et al.*, 2003). Portanto, a manutenção de toda essa biodiversidade se torna relevante para a conservação deste bioma, ao mesmo tempo em que se destaca como potencial para a atratividade turística do parque.

5. Os empreendimentos turísticos em buíque e a criação do Parque Nacional do Catimbau

A existência do turismo na região onde está localizado o Parque Nacional do Catimbau é anterior à criação dessa UC, sendo visitada por pesquisadores desde a década de 1970³, especialmente pelo interesse nas pinturas rupestres existentes no lugar. Naquela época, eram poucas as oportunidades de benefícios socioeconômicos para os moradores locais com esses fluxos de visitantes. Entretanto, alguns jovens já recebiam o convite para serem condutores desses profissionais durante as pesquisas, em troca de pequenas gorjetas.

Ainda no final da década de 1970, o único serviço de hospedagem era realizado por religiosas da Casa Nossa Senhora das Graças⁴. Mas na década seguinte foi inaugurada uma pequena pousada junto a um posto de gasolina, criada para atender aos comerciantes da região que pernoitavam na cidade.

Nessa época, o turismo não era uma atividade vislumbrada pelos moradores do município, mas com o passar dos anos, o número de visitantes foi crescendo, bem como o interesse de alguns jovens pela atividade de condução. Igualmente, essas visitas estimularam outras iniciativas como a abertura da pousada localizada no Distrito do Catimbau.

Posteriormente, no decorrer do processo de criação do PNC em 2002, alguns condutores, que já atuavam no local, sentiram-se mobilizados para formar a AGTURC. E com a implementação do parque, juntamente com uma maior exposição na mídia e o contínuo aumento da quantidade de visitantes, a condução deixou de ser uma atividade de ‘meninos’ para integrar a renda de jovens e adultos⁵.

Posteriormente, algumas instituições auxiliaram essas primeiras iniciativas de organização local feita pelos condutores. Assim, em 2003, no âmbito do projeto ‘Sua excelência, o turismo’ realizado em parceria entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Prefeitura de Buíque e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), foram ofertados alguns cursos de capacitação para o turismo no PNC (Melo, Araújo, Dos Anjos, 2007).

Essas qualificações foram direcionadas não somente aos condutores locais, mas também aos diversos profissionais de serviços turísticos do município. As alternativas de trabalho, contudo, estavam voltadas principalmente à condução de visitantes, pois esses moradores conheciam

bem a região e sabiam a localização dos sítios arqueológicos. Durante as entrevistas, a maioria dos condutores disse que já andavam pelo lugar desde criança e que admiravam as belezas naturais, embora não soubessem a importância do patrimônio ali existente.

Sobretudo depois da criação do parque, alguns benefícios gerados por meio do turismo, que antes eram percebidos apenas pelos condutores e poucos empreendedores locais, começaram a ser vistos também por outros moradores que passaram a desenvolver atividades ligadas ao comércio e à produção do artesanato.

Entretanto, apesar de o enfoque de nossa pesquisa não ter sido analisar os aspectos negativos resultantes do desenvolvimento da atividade turística na região, percebe-se que tal processo tem ocasionado alguns conflitos especialmente entre os que já se beneficiam do turismo e os que relacionam essa atividade à criação do parque e, por conseguinte, à possibilidade de perderem suas propriedades.

Esse julgamento feito por alguns moradores pode ser entendido pelo fato de que boa parte deles ainda esteja alheia à situação do turismo no PNC, ou porque não sabem como poderiam ser beneficiados. Dedução feita a partir dos resultados encontrados por Silva (2007: 55-56):

“De todas essas constatações é preciso ressaltar três pontos importantes: primeiro, a maioria dos moradores não está consciente da criação do parque, ou do porquê suas terras foram incluídas na UC, nem sabe ao certo quais são os objetivos de sua concepção [...]. Segundo, a preocupação existente está relacionada com as desapropriações e o desejo de se permanecer na terra. Como foi verificado, através das entrevistas e das conversas informais, boa parte dos moradores dentro do parque não quer sair do lugar [...]. Terceiro, a atividade turística não é percebida pela maioria dos moradores como uma oportunidade para o desenvolvimento local. A pequena parte que se beneficia com o turismo, de certa forma, ainda está na fase de euforia, na qual apenas os benefícios são enxergados. Essa situação é particularmente verificada quanto aos condutores, já que estão mais ‘envolvidos’ com a situação do parque e o aumento do fluxo de turistas”.

Ademais, por meio da observação, foi possível perceber a existência de conflitos entre os condutores ‘oficiais’, membros da associação, e outros que não fazem parte desse grupo. Esse problema já havia sido sugerido em 2007, quando se constatou que:

“Embora, inicialmente, não se tenha percebido nenhuma rivalidade entre os dois grupos, esta é uma possibilidade que não pode ser excluída. Já que a atividade no local não está legalmente estruturada, ainda há certa ‘cordialidade’ entre eles, mas que pode mudar à medida que a atividade se desenvolve, especificamente se a geração de renda com a condução de visitantes ultrapassar a renda média local e a procura pela atividade passar a ser mais acirrada” (Silva, 2007: 58).

Por outro lado, os benefícios gerados pela atividade turística em um parque nacional podem compreender desde a conservação e educação ambiental até a entrada de recursos para a Unidade por meio do pagamento de ingressos, mas também a geração de renda para a comunidade do entorno por meio da prestação de serviços aos visitantes. Contudo, pelo fato de ainda não estar regulamentado, as atividades voltadas ao turismo dentro do PNC estão por conta dos condutores locais. E a cobrança de ingresso, nesse caso, é feita por alguns proprietários de terras onde as trilhas são realizadas. Por isso, a maioria dos entrevistados destacou os aspectos econômicos como um dos principais benefícios da atividade turística desenvolvida nesse parque.

Outros aspectos positivos foram citados nas entrevistas, a exemplo da diminuição da caça e do desmatamento, mas é importante destacar que essa ainda não é uma realidade absoluta, visto que a falta de conservação também foi relatada como um dos problemas existentes no PNC.

Com relação ao apoio recebido pelos condutores, segundo consta em uma das entrevistas, o SEBRAE é uma das poucas instituições que continuam auxiliando a associação, a exemplo das orientações em favor da mudança de nome do grupo em virtude de esses trabalhadores não possuírem o curso técnico obrigatório para poderem atuar como guias de turismo⁶; e, por isso, em março de 2010, passaram a se denominar Associação dos Condutores de Turismo do Parque Nacional do Catimbau (ACONTURC).

Entretanto, em 2012, a associação voltou a usar a designação de AGTURC por esta ser mais conhecida entre os visitantes do parque, além de corresponder a um maior tempo de atuação do grupo, o quê, em tese e como esperado pelos seus membros, pode facilitar a consecução de algum benefício público no futuro.

Portanto, o crescente interesse pela atividade turística no PNC e o aumento do número de empreendimentos e iniciativas voltadas ao atendimento ao público que visita esse parque ressaltam a necessidade de analisar como os agen-

tes promotores dessas mudanças têm interagido, e quais as perspectivas para o desenvolvimento local em Buíque relacionado à existência da referida Unidade de Conservação.

6. Turismo, cooperação e desenvolvimento local no Parque Nacional do Catimbau

Como parte da presente análise, buscou-se entender o modo como se dá o relacionamento entre os atores sociais de Buíque no que concerne ao turismo no PNC. Constatou-se que há poucos empreendimentos turísticos nesse município, e a interação entre os proprietários diz respeito ao contato ‘de vista’, sendo mais perceptível apenas quando há alguma amizade entre eles; portanto, não envolvendo uma cooperação entre agentes locais, mas se tratando de uma parceria, para fins de concorrência, entre poucos interessados.

Quanto aos meios de hospedagem, percebe-se certa distinção entre os localizados na sede (Buíque) e os do distrito do Catimbau, zona rural do município, onde estão os empreendimentos de origem mais modesta. Diferença que pode ter contribuído para a falta de comunicação entre seus proprietários.

A divulgação dos serviços ofertados, quando praticada, é feita individualmente em sites e blogs. Porém, o PNC não é destacado enquanto destino, mas divulgado de forma fragmentada. Com uma única exceção, de modo geral, o objetivo é noticiar os estabelecimentos, que parecem não estar relacionados a lugar algum.

Há maior interação entre os condutores e demais empreendimentos, por conta da dinâmica de trabalho que já foi estabelecida, na qual os primeiros recebem os grupos, frequentemente de estudantes, diretamente nas pousadas. Além disso, essa interação entre os condutores e os demais agentes locais se dá por conta do maior contato que aqueles têm com os visitantes. Por vezes, é o primeiro contato estabelecido por quem visita a UC.

Entretanto, conforme assinalado, o PNC ainda não está estruturado e apresenta uma série de carências que dificultam a visitação e a conservação do lugar. Essas deficiências foram informadas pelos condutores, que demonstraram uma maior apropriação do tema, sobretudo em virtude das capacitações que receberam.

Apesar dessas constatações, não há nenhum trabalho ou projeto em comum estabelecido entre os entrevistados. E de modo geral, as perspectivas dizem respeito à ampliação e melhorias nos próprios estabelecimentos. Para os condutores, entretanto, essas expectativas também

dizem respeito à implementação do parque. Mesmo assim, as dificuldades para a cooperação, na maioria das vezes, são transferidas para os demais atores, a exemplo do poder público, sobretudo por conta da falta de infraestrutura.

De acordo com a administração do parque, não há apoio ao trabalho na UC entre os diversos atores sociais do lugar, inclusive do poder público local. Apesar disso, citou a criação do Conselho Gestor como uma alternativa que poderá fortalecer a participação da comunidade na gestão do PNC.

Segundo os condutores, frequentemente são realizadas algumas reuniões para que sejam tratados os assuntos relacionados ao turismo no PNC. Para isso, também já tiveram a iniciativa de se reunirem com os proprietários de sítios e meios de hospedagem. No entanto, essas reuniões acontecem apenas entre os membros da associação, demonstrando a falta de interesse em cooperação dos demais agentes. Esse desinteresse pela UC também foi percebido nas entrevistas com os empreendedores dos meios de hospedagem; inclusive com a confirmação, por parte desse grupo, de que não conhecem o parque.

Apesar da dificuldade de cooperação entre os agentes locais que trabalham o turismo no PNC, a associação dos condutores pode ser considerada um potencial de articulação entre os interessados no referido parque, em virtude dos contatos estabelecidos com o poder público, a exemplo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio), e com os demais empreendimentos analisados.

Algumas ações voltadas à cooperação foram relacionadas a esses condutores, que frequentemente organizavam mutirões de limpeza na vila e arredores, bem como ações de sensibilização na escola com vistas à conservação do parque.

Além disso, segundo a administração do PNC, a falta de recursos, de pessoal e de infraestrutura dificulta o trabalho de gestão dessa UC, de modo que as iniciativas dos condutores, apesar de limitadas, correspondem às únicas ações de manutenção das trilhas e 'controle' dos visitantes, por exemplo.

Contudo, mesmo diante desses problemas, a atratividade do PNC foi comentada por todos os entrevistados, que, de modo geral, possuem expectativas positivas em relação ao turismo nessa UC. Assim, constatou-se que o parque é percebido como potencialidade e, constantemente, é relacionado à geração de emprego e renda pelos atores sociais analisados. Percebeu-se também uma pequena mudança de posicionamento dos moradores em relação ao turismo no local.

De igual modo, em comparação com os resultados encontrados por Silva (2007), houve alguns avanços concernentes ao surgimento de outras iniciativas relacionadas àquela atividade; à consolidação da associação de condutores por meio de sua regulamentação; e às ações voltadas à implementação do parque, a exemplo do plano de manejo e do conselho gestor.

Constatou-se ainda que as expectativas em relação ao PNC é que essa UC traga desenvolvimento para o município. Entretanto, de modo geral, não há iniciativa para a resolução dos problemas apresentados, e a 'participação' é feita por meio da passividade, a exemplo da espera pelas soluções do poder público.

Os resultados obtidos permitem a conclusão de que há alguma cooperação entre esses atores sociais para a promoção da atividade turística no PNC. Entretanto, fazem-se necessárias algumas ressalvas, visto que nem todos os agentes locais participam desse processo; além disso, ressaltando que o objetivo não foi 'mensurar' essa cooperação, constatou-se que ações cooperativas, ainda que incipientes, foram mais frequentemente relacionadas aos condutores de turismo.

Por fim, a apreciação dos conceitos de desenvolvimento local, entendido como esforço conjunto entre os atores sociais para a dinamização das potencialidades locais em prol do bem coletivo, ajudou a entender a relevância da cooperação, que, no caso analisado, poderia ampliar a geração de renda para os moradores por meio do turismo no PNC, bem como contribuir com a conservação dessa UC.

7. Considerações finais

Houve consenso, entre os entrevistados, a respeito de que um atrativo turístico pode propiciar benefícios para o lugar onde está inserido, particularmente os econômicos.

Sobre esse aspecto, a atratividade do PNC foi reconhecida com unanimidade pelos indivíduos pesquisados; e embora nem todas as iniciativas relacionadas ao turismo no município tenham sido criadas com o propósito de atender aos visitantes do parque, a exemplo dos meios de hospedagem voltados ao atendimento dos comerciantes da região, com o passar dos anos, um número maior de pessoas passou a buscar uma renda relacionada à atividade turística nessa UC.

Apesar disso, como os empreendimentos do centro de Buíque não dependem exclusivamente dos visitantes do PNC, seus proprietários demonstram pouca atenção ao parque. De modo

geral, apesar de existirem alguns discursos 'politicamente corretos' de que só se pode desenvolver se todos crescerem juntos, na realidade foram percebidas atitudes de indiferença aos problemas dessa UC.

Para tais indivíduos, é importante que o parque continue recebendo visitantes, pois sabem que isso beneficia a 'todos', mas não importa como se dá esse processo: se por meio do desenvolvimento ou da exploração. Assim, evidenciam-se algumas respostas evasivas, dadas por esse grupo de agentes envolvidos na atividade turística no PARNA, de que o local é lindo; sem, entretanto, relacionar as potencialidades e necessidades do lugar.

Nos resultados apresentados por Silva (2007), mostrou-se que os habitantes do Catimbau apresentavam um sentimento de pertencimento, pois não desejariam sair de suas terras em decorrência de uma futura regulamentação fundiária do parque. Contudo, esse pertencimento não ainda está relacionado ao empoderamento desses moradores, visto que, a participação é feita por meio da passividade.

Não se pode esperar, entretanto, que uma comunidade que sempre sobreviveu sem políticas públicas de combate à pobreza e com alto grau de analfabetismo facilmente se empodere e passe a exercer influência nas decisões tomadas pelo poder público; mobilize-se, busque a resolução de conflitos e sane os problemas do lugar.

Por outro lado, também há um grupo mais privilegiado de moradores, que têm acesso à educação, à informação e ao crédito. Mesmo assim, para tais indivíduos, a situação parece ser a mesma: não há mobilização e a passividade é respaldada pela situação confortável resultante dos benefícios que o turismo no PNC pode lhes proporcionar.

Ao revisar os conceitos de desenvolvimento local, destacou-se que se trata de um processo de 'concertação' e que envolve certos fatores, a exemplo das questões relacionadas à cidadania. Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao modo como são aproveitadas as potencialidades locais. Assim, a cooperação contribuiria com a geração de benefícios por meio desses esforços em comum. Trata-se, pois, de um empenho coletivo entre população, poder público e iniciativa privada para aumentar a dinâmica competitiva do lugar.

Mesmo alheios a essa perspectiva, alguns moradores de Buíque têm percebido a importância da atividade turística e, do jeito que podem, também têm trabalhado para promover suas iniciativas. Não há como negar, portanto, que o turismo no PNC é uma potencialidade para

o município. Conforme já foi pontuado, esse reconhecimento tem crescido ao longo do tempo, mas, segundo os entrevistados, ainda sem o incentivo da gestão municipal. E a ausência de apoio, juntamente com a falta de verba para a estruturação do parque foram destacados como os principais problemas para o desenvolvimento do turismo nessa Unidade de Conservação.

Sabe-se que a atividade turística pode contribuir com o desenvolvimento local em virtude da atratividade do lugar, mas não pode induzi-lo, pois dificilmente uma única atividade pode promover um processo tão complexo, tal qual entendido pelo conceito de desenvolvimento analisado.

Deste modo, é preciso reconhecer as carências do município, inclusive em relação à educação e à infraestrutura. Igualmente, é necessário pensar a respeito do papel da gestão municipal nesse processo e na importância dada ao parque não apenas enquanto recurso turístico, mas também como espaço de conservação da caatinga.

Apesar disso, a partir das comparações com o resultado apresentado por Silva (2007), é possível visualizar alguns avanços, a exemplo da visão positiva em relação ao turismo; do maior número de empreendimentos voltados à atividade criados pelos moradores, inclusive de contextos mais populares; da diversificação de iniciativas; do início da criação do conselho consultivo da UC⁷; e da atuação da associação dos condutores de turismo junto às escolas e moradores⁸.

Portanto, depreende-se que o desenvolvimento local pode constituir um cenário futuro para Buíque. Acredita-se que certos passos já tenham sido dados. Os resultados, entretanto, não dependem somente da comunidade local, nem dos empreendedores, ou apenas da gestão municipal. Tampouco, a cooperação pode ser entendida como 'única saída' para os problemas existentes no lugar.

Entende-se que não se trata de fazer previsões para o município, mas de entender os elementos dessa conjuntura; pois o desenvolvimento local, enquanto processo, tem sido possível para lugares que dinamizam suas potencialidades a ponto de torná-las competitivas, e a cooperação seria uma maneira de facilitar os esforços para tal propósito.

No que se refere a Buíque, essa cooperação não pode deixar de considerar a existência dos outros municípios que integram o PNC: Ibimirim e Tupanatinga, pois os parques nacionais devem contribuir com o desenvolvimento da região na qual estão inseridos (Brasil, 2006).

Como já mencionado, esta pesquisa foi realizada como uma segunda investigação do turismo

no PNC. Nesse sentido, fez-se importante pontuar alguns resultados apresentados em 2007, demonstrando o 'ritmo' das mudanças que vêm ocorrendo no lugar. A realidade, entretanto, é bem mais complexa que as mensurações realizadas, pois em cada estudo têm-se apenas novos ângulos de análise, que podem apresentar limitações.

Por isso mesmo, sugere-se um estudo mais aprofundado da relação entre os moradores e os visitantes do referido PARNA. Além disso, outro ponto que merece ser analisado mais de perto diz respeito à organização dos condutores de turismo em torno da AGTURC ao longo dos últimos anos. Portanto, ainda há muito a se pesquisar nessa UC e em seu entorno, tratando-se de alguns outros ângulos de análise possíveis na realidade do Parque Nacional do Catimbau e região.

Referências

- Beni, Mário Carlos
2006 "Política e planejamento de turismo no Brasil". São Paulo: Aleph.
- Brasil
2000 "Lei 9.985 de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza". Recuperado em 04 de março de 2011 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>.
- Brasil
2002a "Decreto de 13 de dezembro de 2002: Criação do Parque Nacional do Catimbau". Recuperado em 04 de março de 2011 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9771.htm>.
- Brasil
2002b "Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados: relatório final". Recuperado em 19 de julho de 2011 de <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/parques_naturais/downloads_parques_naturais/relatorioparques_29_06_06.pdf>.
- Brasil
2006 "Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação". Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Recuperado em 04 de março de 2011 de <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf>.
- Buarque, Sérgio C.
2002 "Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento". Rio de Janeiro: Garamond.
- Demo, Pedro
1980 "Planejamento participativo: elementos de uma discussão preliminar". En: Calsing, Eli-zeu F. *Subsídios ao planejamento participativo: textos selecionados*. pp. 15-26. Brasília: MEC.
- Demo, Pedro
1996 "Participação é conquista: noções de política social participativa". 3 ed. São Paulo: Cortez.
- Franco, Augusto de
2000 "Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável". 2 ed. Brasília: Instituto de Política.
- Hauff, Shirley N.
2010 "Representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Caatinga". Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Recuperado em 28 de abril de 2013 de <http://www.mma.gov.br/estruturas/203/_arquivos/representativconservcaat_shauff_revisojoo_03_produto_final_203.pdf>.
- IPHAN
n.d. "Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos". Recuperado em 14 de julho de 2011 de <http://www.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php>.
- Jesus, Paulo de
2006 "Sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa". En: Pedrosa, Ivo; Maciel Filho, Adalberto y Assunção, Luiz Márcio (Eds.). *Gestão do desenvolvimento local sustentável*. pp. 17-37. Recife: EDUPE.
- Loureiro, Carlos Frederico B.; Azaziel, Marcus y Franca, Nahyda
2003 "Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação". Rio de Janeiro: Ibase.
- Melo, Ana Virgínia Vieira; Araújo, Francisco de Assis y Dos Anjos, Maria do Socorro Teixeira.
2007 "Sua Excelência o Turismo: projeto de desenvolvimento do turismo sustentável do Parque Nacional do Catimbau". *Anais do II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo*. Itatiaia.
- Mielke, Eduardo Jorge Costa
2009 "Desenvolvimento turístico de base comunitária". Campinas: Alínea.

- Oliveira, Francisco de
 2001 "Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?" São Paulo: Polis. Pernambuco. Empresa Estadual de Turismo.
 2008 "Pernambuco para o mundo: Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco". São Paulo: CTI Nordeste.
- Sachs, Ignacy
 2008 "Caminhos para o desenvolvimento local sustentável". 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond.
 Santos, Suellen; Delgado Jr., Geadelande y Alves, Marccus
 2012a "Espécies endêmicas no PARNA Catimbau". Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
 Santos, Suellen; Delgado Jr., Geadelande y Alves, Marccus
 2012b "Espécies raras e ameaçadas no PARNA Catimbau". Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Silva, José Maria Cardoso; Tabarelli, Marcelo; Fonseca, Mônica Tavares y Lins, Livia Vanucci (Orgs.).
 2003 "Biodiversidade da Caatinga: áreas prioritárias para a conservação". Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Silva, Josilene Henriques
 2007 "Ecoturismo e desenvolvimento local: um estudo sobre a comunidade de Buíque e o Parque Nacional do Catimbau – PE". Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Vitae Civillis y WWF Brasil
 2003 "Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica". São Paulo: Peirópolis.
- ⁴ Atualmente, o empreendimento funciona apenas como espaço para retiro espiritual.
⁵ Nem todos os integrantes da formação inicial da AGTURC permaneceram no grupo, de modo que o número de condutores presentes nessa associação diminuiu ao longo dos últimos anos, restando doze no momento desta pesquisa.
⁶ No Brasil, a profissão de Guia de Turismo é definida pela Lei nº 8.623 de 28 de janeiro de 1993 e regulamentada pelo Decreto nº 946 de 01 de outubro de 1993.
⁷ Posteriormente paralisado.
⁸ Essas ações também se encontram paralisadas.

Notas

- ¹ Bioma exclusivamente brasileiro caracterizado por vegetação preponderantemente do tipo savana estépica, irregularidade pluviométrica e períodos de seca (Hauff, 2010).
² Na ocasião da pesquisa de campo, realizada em 2011, o gestor do PNC estava em licença médica e não houve possibilidade de entrevistá-lo. Por isso foram reutilizadas informações anteriores.
³ Informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com os condutores de turismo.

Recibido: 26/04/2012
Reenviado: 18/05/2013
Aceptado: 05/06/2013
Sometido a evaluación por pares anónimos